

Globalização e Governação: uma perspectiva portuguesa

Jorge Braga de Macedo¹

Resumo

Europa e lusofonia configuram-se como esteios da nossa diferencialidade, enquanto resposta adequada da governação às três vagas de globalização. A primeira vaga equilibrou a Europa e o Atlânticos; nas vagas seguintes, a nova dinâmica das liberdades política e financeira afectou a das pertenças europeia e lusófona. Durante quase metade dos últimos 200 anos, registaram-se vários ciclos viciosos, mas retira-se da outra metade confiança na nossa capacidade colectiva de corresponder aos nossos compromissos.

1. Introdução: memória do passado

O projecto “Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar” começou na Faculdade de Letras, com a apresentação solene de Themudo Barata (2005), e beneficiou de vários patrocínios, nos quais avulta a Sociedade de Desenvolvimento da Madeira. As iniciativas resultam da colaboração do Instituto de Investigação Científica Tropical com o Centro de História da Universidade de Lisboa e o Centro Globalização e Governação (criado com outro nome em 1992) da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, que se juntou ao Programa Desenvolvimento Global do Instituto e ao Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa nos termos do protocolo de 18 de Fevereiro de 2008. Este escrito tem origem numa conferência proferida a convite de Adriano Moreira, presidente da Academia e do Instituto - uma semana depois de assinarmos o referido protocolo.

Realizada nas magníficas instalações da Sociedade Histórica da Independência Portuguesa e intitulada “Europa e Lusofonia: Esteios da Diferencialidade Portuguesa na Globalização”, inspirou a lição 11 do programa “100 Lições” do centenário da Universidade de Lisboa que, a convite de António Feijó, director da Faculdade de Letras, proferi em 1 de Fevereiro de 2011 e apareceu na série de *Working Papers* da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa com o nº 522. O nº 269 da série acolheu a primeira versão da minha homenagem a Manuel Jacinto Nunes, decano da secção de economia e finanças da Academia que precedeu José Vitorino de Pina Martins (1920-2010) na presidência e foi esse o último trabalho a beneficiar dos comentários críticos de meu pai. Continuo a usar a interacção entre liberdades e pertenças dos portugueses para procurar o “porquê” da resposta da pequena nação portuguesa,

¹ Professor e Director do Centro Globalização e Governação da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, Presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical, Sócio da Academia das Ciências de Lisboa. Experiência profissional em várias universidades europeias e americanas e em organizações internacionais (FMI, ONU, Banco Mundial, Comissão Europeia, BERD e OCDE). Grã-cruz do Infante Dom Henrique, foi Deputado e Ministro das Finanças (1991-95).

ou da sua ausência, na linha de três trabalhos citados abreviadamente como segue. Borges de Macedo (2006 e 2005) referem-se à 2ª edição de **Diplomática** (primeiro publicada em 1987) e de **Experiência** (primeiro publicada em 1995), respectivamente. Borges de Macedo (1990, adaptado à interacção entre G&G em Macedo e Pereira, 2007 e Pereira, 2009) corresponde a **Destino**, uma comunicação à Academia Portuguesa de História e “símbolo de toda a sua obra e da própria missão pessoal que reconheceu como destino” (Themudo Barata, 2004, 49). **Diplomática** vai da “primeira conjuntura” do século XI à “dualidade” Europa/Atlântico oito séculos depois, e aplica-se à globalização do século XV. A última secção de **Destino**, intitulada “A Crise do Destino”, referente aos séculos XIX e XX, incorpora um problema peninsular, também tratado em **Experiência**, que se tornou patente a seguir ao Congresso de Viena”: o atraso na industrialização e a esperança no desenvolvimento.

O texto está organizado em oito secções. Depois desta introdução, a secção 2 define diferencialidade em termos de competitividade mais cooperação, justificando os esteios na Europa e lusofonia. As pertenças dos portugueses em interacção com as suas liberdades sugerem fases de interacção positiva e negativa entre globalização e governação (G&G), actualizando uma periodização iniciada com a chegada da Corte ao Brasil em 1808 (Macedo, 1996, 2006a, 2007a). A secção 3 usa dados comparáveis do produto interno bruto mundial calculados por Angus Maddison (1926-2010) para descrever as três vagas de globalização, incluindo a conjuntura presente. A secção 4 usa transcrições de **Destino** para contestar o finalismo europeu que, depois de 1974, deu pelo nome de “seguro contra a ditadura”. É que a experiência anterior não se reduz a uma transição para o desenvolvimento, eventualmente antecipado com o Setembrismo de 1836 ou o Fontismo de 1852, mas nunca concretizado por razões “estruturais”. A perspectiva diferenciada que resulta das pertenças europeia e lusófona dos portugueses bem como das suas liberdades presentes e futuras adquire uma ressonância particular no actual quadro de insegurança política e económica internacional – mas também pode aplicar-se às vagas anteriores de globalização. Assim, a secção 5 salienta a importância da reputação financeira e das instituições fiscais e monetárias que a suportam – como as Cortes, o padrão-ouro ou o eurosistema – ao passo que a secção 6 projecta as fases de interacção entre G&G nas dinâmicas de liberdades e pertenças. A secção 7 retira de novas transcrições de **Destino** razões para termos confiança na nossa capacidade colectiva de corresponder aos nossos compromissos. A secção 8, inspirada num depoimento em homenagem a António Dias Farinha intitulado “Belas Letras e Bons Números”, explicita a sua conexão de com os temas tratados e divide-se em quatro subsecções, outros tantos testemunhos presenciais da interdisciplinaridade natural que é timbre do homenageado.

2. Europa e Lusofonia, Esteios da Diferencialidade

A integração das economias nacionais na economia global acelerou desde o fim da guerra-fria, acompanhando as conjunturas não só dos países avançados da OCDE mas também de potências ditas emergentes como China, Índia, Brasil e Rússia (conhecidas pelo acrónimo de BRIC). Maior abertura ao comércio e ao investimento externo, menos regulação das trocas financeiras e o papel predominante das tecnologias de informação e de comunicação caracterizam o processo. A difusão da formação das expectativas levou todo o mundo a esperar liberdade, segurança e prosperidade. Por isso, falhas na globalização comercial e financeira provocam sentimentos de exclusão nos países e nas pessoas: há globalização “a menos” e não “a mais” (Cohen, 2004). A crise financeira começou a revelar-se logo no início de 2007, quando aumentos espectaculares dos preços do petróleo e dos produtos alimentares aliados à bolha imobiliária nos Estados Unidos e em vários países europeus anunciaram o fim da “grande moderação” que se observava há 25 anos nas economias avançadas. Que o aumento do desemprego nestas mesmas economias continue a ser menosprezada por causa de falsos paralelos com a “grande depressão” dos anos 30 não altera este diagnóstico, antes torna a diferença entre o desempenho e a expectativa mais intensa nos próprios países ricos, tendo levado o Presidente Lula a falar de uma “crise de olhos azuis” (Macedo, 2010a).

Todavia, o sentimento de exclusão também ocorre por via do mau governo nacional, até porque a globalização tanto magnifica os danos como os ganhos. A facilidade da comunicação entre pessoas e empresas a nível global ilustra a aceleração da interdependência, ou sensibilidade, das economias nacionais entre si. Ora a facilidade da comunicação também divorcia a interdependência económica da sensibilidade política mútua no interior de blocos político – ideológicos rivais como era costume presumir antes do desaparecimento do bloco soviético. A globalização acompanha assim não só a insegurança política internacional que se seguiu aos atentados terroristas de 11/09/01 como a insegurança económica que se seguiu à falência de 15/09/08. Sem embargo, a incerteza acerca da resiliência da economia mundial deu lugar a uma crise global que, ao contrário das economias emergentes, as avançadas ainda não superaram. Neste processo, o próprio papel da OCDE frente aos BRIC se tornou controverso. Está em curso desde a cimeira de Washington em Dezembro de 2008 o alargamento do directório informal dos sete países mais ricos constituído nos anos 70, sendo que o grupo dos vinte estava até então limitado a questões monetárias e financeiras (OECD, 2010). Na ausência de cooperação efectiva à escala mundial, parece que a insegurança económica e financeira se junta à política. Ainda assim, pode-se defender que a globalização introduz

pressões para melhor governação e também que esta sustenta a globalização, o que leva a falar de uma interacção tendencialmente positiva entre G&G. Nesse ambiente, exige-se uma política económica externa que se articule estritamente com a política económica interna. Em relação a esta última, importa compreender que a competitividade criadora de emprego assenta na diferencialidade e que esta sustenta a competitividade da economia encarada numa óptica de política (quadro 1).

Com a globalização dos mercados, torna-se evidente a necessidade da cooperação, resposta à interdependência que configura a interacção positiva entre G&G, ao passo que a resposta defensiva e abusiva configuram a interacção perversa. Cooper (1964) notou isso quando o âmbito geográfico da interdependência se limitava ao Atlântico Norte, antes do Japão ter aderido à OCDE. Esta recomendação aplicada à política externa portuguesa mostrou que as respostas defensivas têm dominado as cooperativas (Macedo, 1976). Ora, individualmente, e através dos seus representantes eleitos e das representações, também, sociais, dos empresários e dos trabalhadores da sociedade civil, os portugueses devem ser capazes de cooperar entre si com um horizonte mais longo do que o ciclo eleitoral. Na interpretação de diferencialidade enquanto “competitividade+”, o “plus” é dado não só por esta cooperação dentro do país, a que se pode chamar intertemporal, mas também pela cooperação fora do país, que reflecte as pertenças dos portugueses relativamente aos esteios da diferencialidade portuguesa, Europa e lusofonia.

Quadro 1: Da competitividade à diferencialidade

	Mercado	Política
Nacional	competitividade	cooperação
Global	cooperação	diferencialidade

Fonte: Macedo e Pereira (2007, 233)

Este reconhecimento é essencial para a nossa pequena economia aberta: “A defesa e a demonstração das potencialidades das pequenas nações é um projecto em que Portugal pode admiravelmente participar. A nossa cultura, a nossa gente sente-se realizada nessa busca da diferencialidade pelo particular na sua teorização”. A “nossa gente” abrange os emigrantes, portadores dos valores com que nasceram e cresceram, e faz apelo à capacidade individual que têm de se adaptar a situações diferentes (Borges de Macedo, 1978, 44). Do mesmo modo, a diferencialidade europeia pode interpretar-se como a capacidade das zonas europeias marginais evitarem a hegemonia dos países mais poderosos e maiores (**Experiência**, 64). Aqui estão referidas todas as margens: atlântica, mediterrânica, continental, sendo que a diferencialidade europeia é ajudada

pela própria prosperidade de alguns pequenos países. Já que a bolha imobiliária irlandesa alastrou ao sistema financeiro, comprometendo as liberdades futuras, a evolução extraordinária da cultura não impediu um pedido de ajuda financeira internacional em fins de 2010: a diferencialidade exige duração.

Para nós, a pertença europeia, e peninsular, configura-se há 50 anos como a participação empenhada na integração económica europeia, tal como anteriormente obrigara a suportar as invasões francesas. Um esteio da diferencialidade portuguesa é pois a União Europeia, mórmente a permanência no eurosistema. Desejada enquanto zona de estabilidade financeira capaz de sustentar a reputação financeira adquirida na sequência dos programas de ajustamento acordados com o Fundo Monetário Internacional antes da adesão às Comunidades Europeias, esta permanência foi ameaçada pela turbulência que se instalou a partir das eleições gregas em finais de 2009, levando a um pedido de ajuda financeira internacional em princípios de 2010. A crise da zona euro alastrou aos dois outros países da coesão, como eram chamados no Tratado de Maastricht. Nem países fundadores do Tratado de Roma mais endividados, como a Bélgica e a Itália, escaparam à desconfiança dos investidores internacionais.

O outro esteio da diferencialidade portuguesa é a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, uma pertença lusófona com dimensão política e de desenvolvimento que nos liga a sete países com os quais partilhamos uma mesma cultura linguística. Esta pertença comporta pois a memória do passado comum que resulta da primeira globalização e reflecte, portanto, a diferencialidade peninsular. Com base nas suas estimativas consistentes para o produto interno bruto mundial, Maddison (2001, 57-63; 2006, 59-65; 2007, 83-4) salienta o papel dos descobrimentos portugueses na primeira vaga. Até por isso, a “amizade mútua” evocada no tratado constitutivo de 1996 devia permitir aos oito países membros olhar em conjunto para os problemas globais, aquilo a que se pode chamar “lusofonia global”. Serve de exemplo a declaração da cimeira de Bissau em 2006 relativamente aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio que privilegia o “conhecimento mútuo” dos países membros (Macedo, 2006b, 2010c). Outro exemplo de pertença partilhada seria o diálogo euro-africano, no qual avultam os países mediterrânicos, cujas relações connosco são muitas vezes ignoradas, como se testemunha na secção 8.4.

Os dois esteios diferem menos do que parece, na medida em que ambos sustentam uma governação diferencial apropriada a circunstâncias globais que uma pequena nação não pode controlar mas deve certamente saber aproveitar para sobreviver enquanto entidade política autónoma. Assim a reactividade inicial da adesão à Comunidade Económica Europeia, ilustrada pela designação

de “bom aluno”, foi substituída por dúvidas sobre a nossa capacidade de cumprir regras comuns (Macedo, 2010d). Do mesmo modo, a grande diversidade dos países da CPLP torna o conhecimento mútuo particularmente adequado para fazer durar a amizade mútua fundadora, proporcionando oportunidades de negócio.

A grande transformação económica da globalização urge pois que vençamos o desafio da internacionalização das empresas portuguesas. Como alcançar este objectivo? Antes de mais, perceber que é necessário gerir a globalização para obter os desejados proveitos em vez de lhe resistir, já que qualquer esforço nesse sentido estará sempre condenado ao fracasso face à irreversibilidade do fenómeno, quaisquer que sejam os seus contornos geográficos no próximo futuro. Saber gerir a globalização implica a prossecução de políticas que promovam activamente a competitividade da economia portuguesa de forma a garantir um desenvolvimento sustentável num espaço económico alargado. Ou seja, configurar a globalização como uma oportunidade implica apreender o processo de concorrência concreto que lhe está subjacente e os incentivos para responder à oportunidade.

Para as pequenas economias abertas, o desempenho económico depende muito da interacção entre a governação nacional, regional e a economia global. Quando a interacção entre G&G é positiva, a economia atrai activos e criativos de todo o mundo, contribuindo assim directamente para o crescimento da economia. Mais, a interacção positiva vem quase sempre de fora para dentro: andar a contra-ciclo é fútil ou fatal. É fútil se a economia pretende crescer mais do que os mercados para onde exporta, porque logo irá esgotar a sua capacidade instalada e deverá importar. É fatal se não aproveita o dinamismo dos mercados exportadores por causa de políticas de ajustamento domésticas. O declínio verificado nas últimas quatro décadas da taxa de crescimento do PIB por português é indicativo do fraco desempenho do nosso produto por trabalhador, de modo que a economia portuguesa foi muitas vezes penalizada por não conseguir sustentar as reformas estruturais necessárias para melhorar o nível e a sofisticação das exportações.

A experiência das recessões internacionais confirma que o contra-ciclo se paga caro, quer quando os mercados estão em expansão, quer quando estão em depressão. Ora, na ausência de uma interacção positiva entre G&G, a economia portuguesa não crescerá e as pessoas mais criativas ir-se-ão embora. Pode dizer-se que umas voltam e outras ainda entram. Porém, sem crescimento, perde-se talento e competitividade – qualquer que seja a evolução demográfica. Por isso é que a atracção de activos e criativos se chama sempre exportação: na economia global, exporto logo existo. E, de novo, não exporta quem quer,

exporta quem souber. Como os melhores padrões mundiais mudam, e com eles as condições da competitividade, a reputação de saber exportar nunca se pode considerar adquirida. Mais precisamente, face à globalização, cada país só pode ser competitivo se for diferente. Por isso é que o desafio principal que um país enfrenta é o da diferencialidade: ser igual e diferente ao mesmo tempo. Tem que ser igual no domínio dos meios de produção e de venda utilizados pelos seus concorrentes, condição necessária mas não suficiente para exportar. Para tal, precisa ainda de diferenciar a sua produção de forma a garantir um vantagem comparativa sustentável, o que exige cooperação intertemporal de modo a sustentar as reformas necessárias para promover essa adaptabilidade nos termos evocados acerca do quadro 1.

Embora virada para o futuro, a diferencialidade radica na história, sustentando um destino histórico das nações, mormente as pequenas. Este destino “só pode ser uma luta pelo futuro que não esquece a experiência nacional, nas suas possibilidades e desfalecimentos”. **Destino** cobre a segunda vaga de globalização explicando ainda a integração do Atlântico na Europa, levada a cabo pelos povos peninsulares (a diferencialidade encontra-se aí referida à Península Ibérica a páginas 289 e 291). Os referidos esteios da diferencialidade portuguesa na sua forma actual têm pois a mesma origem longínqua do que as duas fronteiras Europa e Atlântico: “Com o fim da hegemonia castelhana na costa portuguesa, a viabilidade da nova dinastia de Aviz ficou garantida. (...) A diferencialidade já adquirida no plano político, toma uma expressão económica e social cada vez mais distinta, ao aumentar, através do mar a sua função no equilíbrio, assim estabelecido, nas forças peninsulares” (**Destino**, 294). O argumento apresentado reflecte os traços principais do destino histórico de Portugal face à crise da “decadência” económica verificada nos povos da Península Ibérica no fim do século XIX, bem como considerações relevantes para a definição do nosso destino histórico no início do século XXI.

Como é que Portugal pode ser diferente no futuro? Em vez de encarar a questão da competitividade em termos exclusivamente económicos de forma a responder à questão de como vamos viver nos próximos anos e décadas, esclarecemos as vantagens da G&G diferencial através do quadro 1. Fazemos ainda apelo à história pois responder a esta pergunta exige, antes de mais, que olhemos para o nosso passado, a nossa vivência em comum. O conhecimento assim adquirido da nossa identidade enquanto povo é requisito impreterível para uma melhor definição do interesse nacional. Ora, nesta tarefa a contribuição dos historiadores é decisiva porque a evocação do passado ajuda a construir o futuro ao estimular o auto conhecimento das nações. Só assim será possível precisar o seu destino histórico no contexto económico e social em que estão inseridas.

3. Três vagas de globalização

Depois de 2001, a expansão económica coexistiu com a insegurança política mas desde 2008 verifica-se a combinação perversa de insegurança económica e política, a qual gera expectativas diminuídas relativamente ao futuro. Importa lembrar que tal também se verificou durante os dois anteriores processos de globalização económica, nos séculos XV e XIX. Nas duas primeiras vagas, a globalização, limitada por barreiras físicas e comunicacionais, afectava menos gente, pelo que a diferença principal com a actual reside no impacto da globalização na governação nacional, por oposição ao impacto local (Flandreau, 2007). Assim, Flandreau et al (2009, 11) encontram 78 centros financeiros europeus em 1750, dos quais cerca de metade são portos: Lisboa encontra-se na maior rede de cinco centros, com Amesterdão, Génova, Livorno e Londres mas acaba por pertencer à velha periferia mediterrânica. Esta situação periférica reforça-se entre 1890 e 1910, na análise por países e não por cidades de Flandreau e Jobs (2005). Ainda assim, observam-se em toda a história europeia casos de interacção perversa entre insuficiências na globalização comercial e financeira e mau governo nacional. Sem embargo da interacção positiva entre G&G, estes casos permitem apresentar a evolução da nacionalidade em função das instituições de governação a todos os níveis, militar e municipal, civil e nacional. Assim a diferencialidade portuguesa, radicada na primeira manifestação autonomista portugalense, devida a Soeiro Mendes em 1071, participa na primeira globalização a partir da Península Ibérica, sobrevive à perda da independência política em 1580 mas sossobra na dualidade Europe/Atlântico em 1815 (**Diplomática**, 42 e 431 respectivamente).

Quadro 2 PIB por cabeça (\$1990)

	1500	1820	rácio
Brasil	400	646	1,615
Alemanha	688	1077	1,565
França	727	1135	1,561
Espanha	661	1008	1,525
Portugal	606	923	1,523
Mundo	566	667	1,176

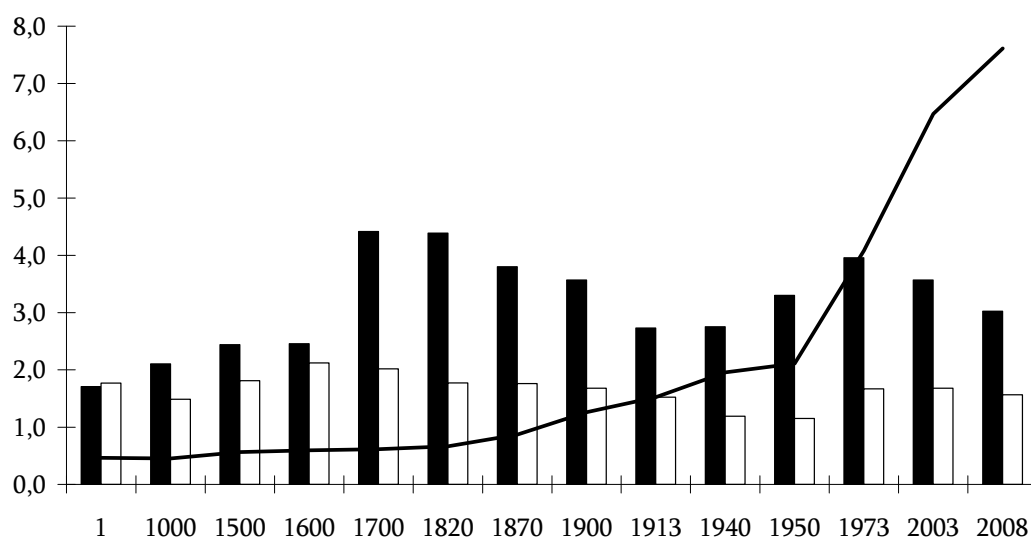
Fonte: Maddison (2007, p. 309)

A primeira globalização tornou então acessíveis ao conhecimento europeu não só as Américas – transformando o Oceano Atlântico num verdadeiro *Mare Nostrum* da civilização ocidental - como a Índia, o Sião, a China e o Japão. De

facto, saiu da Península Ibérica a deslocação europeia para ocidente e para o Oriente, a qual assegurou “de modo irreversível, a sua mundialização consolidada” (**Destino**, 281). Também se reconhece que os portugueses passaram e o que estava, quase sempre, permaneceu. Será outro aspecto do destino histórico português chegar, anunciar mas não dominar? A viva originalidade do Brasil, onde em 1808 passou a estar a capital do Reino, é ressaltada na penúltima secção: “Destinos em Evolução” (**Destino**, 304-305).

As já citadas estimativas comparáveis do PIB por cabeça indicam Brasil e Portugal com taxas de crescimento superior à média mundial entre 1500 e 1820 (quadro 2). O PIB mundial por cabeça (última linha) mantém-se à volta dos 600 dólares internacionais de 1990. É multiplicado por treze até 2008, como é visível no gráfico abaixo, onde a escala relevante para a curva que representa a evolução do PIB por cabeça no mundo é de milhares de dólares. A quantificação sistemática do desempenho económico comparado começou com a revolução industrial setecentista, iniciada na Inglaterra e que deu lugar a uma segunda vaga de globalização, que atingiu o auge no início do século XX. Continua a polémica entre historiadores económicos acerca da evolução do nível de vida antes de 1800 (sobre a qual basta ver a crítica de Maddison, 2007, 316-9 a neo-maltusianos como Clark, 2007, 19), mas é incontroverso que se entrou num período de crescimento sustentado depois das duas guerras mundiais, o qual acelerou a globalização financeira nos anos 1990.

Gráfico PIB Portugal (*10) e Espanha (% mundo), PIB por cabeça mundo (\$K1990)



A globalização do século XIX elevou o peso económico relativo do Atlântico Norte para 57% em 1913, aumentando ainda até meados do século XX. Pelo

contrário, o peso da China e Índia, que andava pela metade do PIB mundial até 1820, caiu para 18% em 1913. Entretanto, a percentagem do PIB do Ocidente no total mundial passou de 19% em 1500 para 26% em 1820. Contando com Brasil e Rússia, o peso dos BRIC no PIB mundial baixou de 26% em 1913 para o mínimo histórico de 16% em 1940 para chegar a 31% em 2008, superior portanto ao peso do Ocidente em 1820. Além disso, o PIB das grandes economias emergentes irá continuar a crescer a taxas muito mais elevadas do que o das democracias industriais da OCDE, levando a prever uma classe média global em expansão (Wilson e Purushothaman, 2003). Com estes actores no palco económico mundial, 2011 evoca mais a primeira do que a segunda vaga de globalização.

Ora, a despeito dessa analogia sistémica, os mercados emergentes são vistos por muitos portugueses como uma ameaça devido à forte concorrência que eles representam para as empresas nacionais. No entanto, devem ser vistos antes como uma oportunidade para a economia portuguesa e, conseqüentemente, para a sua capacidade de criação de emprego e riqueza. Aliás Portugal chegou ao século XXI mais próximo do máximo histórico do seu PIB relativamente ao mundial com cerca de 0,4% (coluna a negro no gráfico com escala de percentagem multiplicada por dez). A Espanha (coluna a branco com escala de percentagem) baixou de 2,1% em 1600 para 1,6% em 2008. Ainda assim, a diminuição de 0,1 ponto percentual no peso português desde a crise do petróleo em 1973 é mais vincada do que a do quatro vezes maior peso espanhol. Dito de outro modo, o PIB português em percentagem do espanhol baixou para o nível de 1900 (21% próximo do mínimo histórico), depois de ter chegado a um máximo de 29% em 1950.

Quadro 3 Quota da CPLP no mundo

	PIB	POP	PI/P
1820	0,9%	1,4%	60%
1913	1,0%	3,0%	30%
1950	2,2%	5,0%	45%
1980	3,7%	6,2%	60%
2003	3,1%	6,5%	50%

Fontes: Dados de Maddison (2007)

Somando os valores do PIB e da população dos membros da CPLP, o quadro 3 apresenta a quota respectiva com base nos dados usados para medir o crescimento do PIB por cabeça em Portugal e no Brasil de 1500 a 1820, já que só existem dados comparáveis para os países africanos a partir de 1950. Sendo certo que a dimensão cultural sempre mereceu mais destaque na CPLP do que noutras formações de base linguística, como a *Francophonie* e a

Commonwealth, também a grande diversidade que os oito países apresentam dificulta o conhecimento mútuo dos seus membros. Nota-se a pequena escala (mínimo 0,3% em 1600, máximo 3,7% em 1980) e a relativa pobreza. A percentagem do PIB por cabeça mundial passa do máximo de 60% ao mínimo de 30% entre 1820 e 1913. Recupera para 45% de 1950 (quando passa a incluir o PIB dos territórios africanos) até 1980 (60%), para descer para metade no início do século XXI. A evolução anterior (não reproduzida no quadro 3) reflecte o crescimento acelerado já notado no quadro 2 em relação à média mundial, passando-se de 45% em 1500 para 60% em 1700 graças ao aumento do PIB, já que a quota da população se mantém.

4. Destino histórico da pequena nação

A definição de um destino histórico exige que se perceba previamente o “para quê” de uma independência, especificamente de mais “um” poder político independente (**Destino**, 273 e 272 respectivamente). Por sua vez, a resposta a esta pergunta pressupõe a percepção clara de uma finalidade para a nação e uma avaliação das condições necessárias para a alcançar. Pressupõe ainda perceber qual o papel das nações, especialmente as mais pequenas. Em relação a este último aspecto, é importante salientar que a globalização veio reafirmar a importância das nações, ao contrário daquilo que habitualmente se pensa.

Como ponto de partida da reflexão, surge naturalmente a questão de “como deve ser entendida uma nação?": é esse o sentido da secção intitulada “Palavras Prévias” (**Destino**, 263-266, Themudo Barata, 2004, 51). Como uma unidade social e humana verificada pelo tempo e pela gravidade das dificuldades vencidas ao longo do tempo. A nação é ainda a forma como a “vontade de um povo” alcança significado internacional, segurança e o desenvolvimento. Tal vontade pressupõe que haja “quem” se reconheça e que é reconhecido como diferenciado e autónomo. A força passível de comunicar de uma consciência e vontade nacional só pode ser política e só uma nação – um conjunto de comunidades em convergência – o pode conseguir, assegurando simultaneamente a diferenciação e a continuidade da mesma. A independência é assim condição necessária para assegurar o destino histórico de uma nação e dentro dela desenvolve-se todo um pensamento histórico e uma exigência política, económica e cultural que sustentam o mesmo pensamento.

Decorre deste destino histórico o imperativo de não descurar a dimensão política como instrumento de afirmação. Todavia, as formas mais eficazes de independência não se podem separar da movimentação social e da sua dinâmica. Também não se podem separar do cálculo e do estabelecimento de órgão de decisão face às ameaças externas, às divergências internas e aos

conflitos que não podem deixar de surgir. Neste quadro, a autonomia política continua a manter-se como a melhor defesa para o desenvolvimento integrado de uma nação: “O quadro político é realmente um factor essencial dentro da dimensão do homem português. É a escala característica, fundamental, que preside à defesa da diferencialidade” (Borges de Macedo, 1995, 129).

O próprio processo de constituir comunidade não se pode considerar acaso pois ele manifesta-se em actos duráveis e persistentes que ultrapassam as consciências individuais e se concretizam em realizações históricas que compreendem pessoas, lugares, decisões colectivas que conquistaram a continuidade com que se exprimem. Manter a vontade de continuar a comunidade constituída que é a nação tendo em conta, para esse efeito, a certeza acumulada de que pode empreender a mesma caminhada aprofundada, diversificada, e de algum modo, preparada na experiência.

Sendo realizações humanas manifestadas em actos duráveis e persistentes, não há nações circunstanciais. Não obstante, uma nação tem sempre uma parte de tentativa determinada ou projectada pois pode encontrar maneiras de explorar as diversas formas de desenvolvimento e consulta. São esses meios de conciliação e reforço realizados por actos comuns que lhes permitem manter o significado que representam as nações. Assim, “os sucessos e os insucessos vividos em comum ao longo de séculos provam que uma nação adquiriu consciência crítica quanto às suas capacidades e conseguiu formular uma interpretação assente nos sucessivos triunfos da sua unidade realizada. E não será isto a sua história? E não poderá ela contribuir para a definição de um destino histórico? “

É que as nações não se justificam pela força, grandeza ou dimensão mas sim pela duração, o que implica também a luta pelo futuro (**Destino**, 272, 298 respectivamente). Não são só as grandes nações que podem empreender grandes realizações porque é a diversidade das nações que garante a diversidade das propostas humanas, dando-lhes um campo de realização inicial imprescindível para a garantia da capacidade criadora do homem. O caso português ilustra bem este princípio. Com a conquista da independência, a aquisição política de Portugal teve também uma realização cultural, social e económica, exprimindo-se ainda pela capacidade militar ao longo dos séculos. Os sucessos e insucessos vividos em comum provam que a nação portuguesa adquiriu consciência crítica quanto às suas capacidades e conseguiu formular uma interpretação assente nos sucessivos triunfos da sua unidade realizada. Revelou-se assim como uma vivência bem sucedida – no plano social, político e cultural, assim como na cooperação e nas relações internacionais.

Dito de outra forma, o destino histórico português exprimiou-se em formas de política e cultura específica, que se assumiram com tal e que visionaram as suas próprias aplicações às problemáticas gerais. Com isso, a diferente presença política e cultural da nação portuguesa, quer no mundo europeu quer no mundo alargado, tornou-se ainda mais efectiva. Por outro lado, não deixou de ser a expressão de uma matriz proveniente das grandes exigências da comunidade – base europeia – ocidental e peninsular, na qual os portugueses estão plenamente inseridos. Mas a diversidade ampliou-se tornando-se uma condição de força na medida em que a diferença política se afirmava.

Tal serve de advertência aos povos, às pequenas nações a que não descurem o político e nunca deixem de negociar a sua presença dominante dessa dimensão, sem deixar de ser tanto conciliatório, como firme e esclarecido. Os diversos destinos históricos dos povos da península ibérica mostram na prática que vale a pena a diferença, uma vez que nela se encontram sempre caminhos que se manifestam em novas expressões de cultura e criação. E é assim porque também não impede a convergência quando as decisões comuns se tornaram necessárias. Muitos dos exemplos apresentados referem-se aos dois estados peninsulares. Assim, a secção intitulada, “Uma sequência de finalidades” (*Destino*, 266-271), revela a evolução do formulário político “de providencial a causalista”, seguindo-se “o formulário jurídico e positivista que, durante algum tempo, dominou a historiografia ocidental, sobretudo a de influência francesa”. E adverte no final: “A sociedade constitucional exigia fundamentos mais sólidos que só os políticos”.

5. Liberdades política e financeira

Na terceira vaga de globalização, as preocupações com o desenvolvimento económico já eram particularmente exigentes e significativas antes da crise global adivinhada a partir de 2007. Nesse contexto de globalização associada ao desemprego nos países da OCDE, convém recordar que a pergunta efectiva que se coloca aos portugueses é a de saber se estamos em condições de continuar a constituir uma eficácia nacional. Outras questões que se revelam actualíssimas: Que conteúdo pode ser facultado à vivência colectiva que não seja retórico, efémero e circunstancial? Dará a consciência do destino histórico força para um concretização própria no contexto da globalização? Qual será o destino histórico, indissolúvel da experiência adquirida pelos portugueses a que é preciso acrescentar a renovada capacidade de um esforço realizador?

Na mesma linha, a criatividade e esperança dos portugueses começa por ser inseparável do caminho que a comunidade tem podido seguir, de acordo com a consciência que foi adquirindo, relativamente às suas próprias forças e que,

pela história, aprendeu a medir. Mas envolve também – inevitavelmente – a capacidade de criar de novo. Sem esta última, a experiência acumulada perde sentido: *Sem criação renovada, não há destino histórico* (**Destino**, 280).

Tal como aconteceu com o lugar geográfico que ocupamos, a diferencialidade portuguesa vai nos permitir delimitar em relação a outros povos e nações, vias de interesse comum, formas de dissuasão com quem não concordamos e de convergência que nos convenham, ou de interpretação política, social e económica que criem uma regra não arbitrária, mas reflectida, de orientação. Dito de outro modo, o sentido das opções internas de Portugal só se torna “perceptível e diferenciado no delineamento de uma política externa” (Themudo Barata, 2005, XIX).

Na verdade, a taxa de crescimento do PIB não depende apenas do comportamento dos agentes económicos, nomeadamente na sua capacidade de investir produtivamente, também garante a independência política. Não basta, pois, “a convicção entre o conjunto de pessoas responsáveis que são a Nação portuguesa” de que a política externa sempre assenta na situação da Europa e da lusofonia, a qual actualiza o Atlântico. Exige-se ainda bom governo para sustentar a interacção positiva entre G&G. Ora, na segunda e terceira vagas da globalização, o mau desempenho económico ameaçou a tradição da política externa que vai mais no sentido político-militar ou de segurança.

As exigências colocadas à política externa portuguesa variaram em função da complexa interacção entre G&G. Durante a segunda e terceira vagas, as redes privadas e empresariais coexistem com mecanismos inter-governamentais e as pertenças múltiplas são a regra, não a excepção. As pertenças múltiplas e a multiplicidade das escalas da governação reflectem as “duas habilitações essenciais da Europa: a unidade do Estado e a capacidade do regionalismo” (**Diplomática**, 177). De novo, unidade do Estado, ou primado do político, significa que a forma de garantia militar é a que as comunidades mais estimam para conservar a sua segurança (**Diplomática**, 39, dando como exemplos Israel e as sociedades africanas).

Assim, o nosso país, com uma cultura muito arreigada, só vai conseguir mudar para melhor se também tiver uma política externa adequada e que sustente a convergência económica. Por exemplo, em Portugal, além dos custos económicos e sociais incorridos em 1974-75, a resistência à política externa confirmou que “a constante da sua situação (geográfica) e o seu sucessivo e *diferenciado* aproveitamento não são conceitos óbvios.” (**Diplomática**, 41, parênteses e *italico* nosso). De facto, a problemática do equilíbrio peninsular até às invasões napoleónicas obrigou Portugal a acertar na escolha das escalas

de governação, sob pena de perder a independência política (o que até aconteceu).

Referido ao tempo, o conceito de *integralidade* equilibra a diferencialidade do espaço nacional: tal como a independência política, a convergência económica assenta na capacidade nacional de resposta e na congruência entre esta resposta e a conjuntura internacional, seja ela comercial, financeira, política ou militar. Por isso é que o crescimento em pequenas economias abertas se sustenta numa interacção positiva entre G&G. Esta interacção ilustra a complementaridade entre globalização e regionalização. Como diminui a efectividade das políticas acordadas apenas ao nível nacional, a complementaridade pode exigir soluções de governação internacionais, escoradas nas liberdades e pertenças concretas das pessoas, como se explicita para Portugal na secção seguinte.

Quadro 4 Bancarrotas desde a independência

	1300-1812	1813-90	1891-2008	Total
Espanha	7	7	0	14
França	9	0	0	9
Brasil	-	0	8	8
Alemanha	3	3	2	8
Áustria	4	1	2	7
Portugal	1	6	0	7
Grécia	-	3	2	5
Inglaterra	2	0	0	2
Holanda	0	1	0	1

Fonte: Reinhart e Rogoff (2009, quadros 6.1-2-4-6, 86-99)

Estas pertenças interagem com as liberdades política e financeira em termos mediados por instituições – que podem favorecer mais ou menos a cooperação inter temporal mencionada a propósito do quadro 1 acima. A este respeito, devem salientar-se as Cortes, uma instituição que espelhou a liberdade financeira pela via fiscal ainda antes da primeira vaga da globalização e desapareceu antes das duas vagas seguintes, durante as quais se fez sentir mais do que uma vez “a guerra civil pelas ideias” (**Destino**, 274). Muito antes da criação do “congresso soberano” que, em 1820, prefigurou a actual Assembleia da República, as Cortes exprimiram uma forma de cidadania fiscal, na medida em que a Coroa devia ouvi-las antes de criar impostos e quebrar moeda. Isto equivalia a limitar a legitimidade do imposto escondido da inflação, e esteve na base da criação do real como moeda estável e convertível em 1435, ao mesmo

tempo aliás que se iniciava a actividade bancária em Portugal. Conforme salienta Dias Farinha (1992, 167) e a secção 8.2 recorda, este último facto “inscreve Lisboa no rol do pequeno número de cidades que possuíram bancos com esse nome desde o século XV sublinha a abertura aos progressos financeiros da Europa no alvor dos tempos modernos e ilustra o florescimento económico que Portugal conheceu no terceiro quartel do século XV, ligado ao eixo mediterrânico, às produções dos arquipélagos atlânticos e da costa ocidental de África, com âncoras comerciais seguras na região aragonesa, em Itália e na Flandres e, ainda, amarras promissoras na fachada norte do Magrebe.” Aliás, o monumental tratado de Reinhart e Rogoff (2009), insiste que a “folia financeira” dos soberanos ao longo de oito séculos se traduz em bancarrotas encapotadas, muito para além das formais, tabeladas no quadro 3.

Instituição muito ignorada, quando muito considerada medieval, as Cortes não só contribuíram para limitar o número de bancarrotas mas também estiveram envolvidas nas reformas fiscais fundacionais de 1387 e 1641 porquanto introduziram impostos inovadores (sisa e décima militar respectivamente). Os novos impostos foram aprovados pelas Cortes porque eram vistos como essenciais à independência política, sinónimo de bem comum. A despeito do encabeçamento corrente na Península, Portugal conseguia tributar mais por cabeça do que a França, a Espanha ou a Prússia, embora a pressão fiscal se situasse a metade da Holanda ou da Inglaterra (Macedo et al 2001). Os monopólios comerciais da Coroa ajudavam, como é evidente, mas os impostos inovadores reflectem a ideia que as despesas públicas serviam o bem comum. Ao contrário do que se pensa, estes impostos eram pagos por todas as classes ou estados, o clero e nobreza incluídos. Essa a cidadania fiscal tal como a entendeu a “revolução gloriosa” inglesa de 1688, que depois se reflectiu na constituição americana. Na tradição fiscal continental, isto era impensável antes da revolução francesa abolir os privilégios fiscais para a nobreza e o clero.

Quadro 5 Anos em bancarrota desde 1800 e *rating* 1979-2008

	Anos	<i>Rating</i> 2008	Aumento desde 1979
Portugal	11	85	33
Espanha	24	90	19
Grécia	51	81	19
França	0	94	3
Alemanha	13	95	-4

Fonte: Reinhart e Rogoff (2009, quadros 10.2, 149 e 17.2, 285).

Em 1797, a declaração de inconvertibilidade do real quebrou o contrato de confiança no qual assentava a reputação financeira da Coroa. A realidade nacional mudou muito com a sucessão de choques monetários e fiscais, agravada pelas invasões napoleónicas e a ambiguidade da política externa, espartilhada entre a Europa e o Atlântico sul depois da partida da Corte para o Brasil em 1807. Esta série de choques adversos, incluindo a perda dos monopólios comerciais, deteriorou a base fiscal. Contudo, as Cortes continuaram a ser uma referência durante as guerras civis oitocentistas, mesmo depois da convenção de Évoramonte em 1834. De novo, as quebras de moeda exigiam o parecer das Cortes pelo que, até às invasões napoleónicas, a moeda portuguesa raramente foi desvalorizada, pelo menos em comparação com moedas vizinhas.

Isto é confirmado por dados de Reinhart, Rogoff e Savastano (2003) para o período entre 1501 e 1800, durante o qual Portugal e a Prússia falharam o pagamento da sua dívida (ou seja entraram em bancarrota) uma vez, em 1560 e em 1683 respectivamente, enquanto que, durante o mesmo período houve seis bancarrotas em Espanha e oito em França. Entre 1801 e 1900, Portugal e Prússia falharam pagamentos seis vezes e Espanha 7 vezes. Os dados foram actualizados no quadro 4 acima e apresentados com uma periodização diferente. Além de incluírem mais países (Austria, Brasil, Grécia, Inglaterra e Holanda), revelam que apenas a Holanda tem reputação financeira superior à portuguesa entre 1300 e 1812.

Depois de um século XIX desastroso, não ocorreram bancarrotas formais em Portugal nem em Espanha durante o século XX: a sua reputação financeira aumentou mas o peso do passado manteve-a abaixo do máximo de cem implícito na notação de crédito do quadro 5. Aí se apresentam, para cinco dos países mencionados no quadro 4, dados que revelam não só a distância do *rating* de Portugal, Espanha e Grécia relativamente a França e Alemanha, como o paradoxo da liberdade financeira dos portugueses: uma posição de duração menor da bancarrota nos últimos duzentos anos e uma melhoria mais espectacular do *rating* desde 1979 até ao início da crise global. A crise da zona euro desde então cavou a diferença entre os dois grupos, criando não só uma renovada tensão entre liberdade política e financeira mas ainda uma turbulência na própria pertença europeia que poderá definir um novo ciclo de liberdades e pertenças. Resulta dos ciclos descritos a seguir que, entre 1808 e 2010, a tensão entre liberdade política e financeira determinou mais vezes a ambiguidade de pertenças do que o inverso. Numa conjuntura de redistribuição mundial de riqueza como aquela a que se assiste no início do século XXI, a ambiguidade de pertenças pode ter consequências mais imediatas: é o que suspeita possa estar a acontecer com a crise do eurosistema.

6. Ciclos de Liberdades e Pertenças

Durante séculos, sem prejuízo da proximidade com o município, o português combinou as pertenças de súbdito do rei e de membro da igreja. A Coroa portuguesa encarnava de tal modo o Estado-nação que até sobreviveu ao “estabelecimento no trono português da mesma dinastia que governava Espanha” (**Destino**, 302). A “interrupção” do Estado entre 1580 e 1640 não gerou ambiguidade na identificação dos portugueses mas os seus efeitos fizeram-se sentir na lenta restauração da paridade diplomática junto da Santa Sé. A própria partida da Corte para o Brasil antes da chegada das tropas de Napoleão demonstrou como a pertença permite a um Estado-nação, excepcionalmente, deslocalizar-se. Dessa deslocalização da capital resultou, porém, a “amargura da ausência do rei e da tutela inglesa” (**Destino**, 309) que implicou restrição de liberdades e ambiguidade de pertenças. Assim, ao contrário da efémera dinastia filipina, o liberalismo teve consequências que se revelaram perenes. Desde logo, após os sobressaltos das revoluções americana e francesa, as instituições políticas e democráticas e a economia de mercado praticadas depois da “revolução gloriosa” inglesa de 1688 começaram a espalhar-se pelo resto da Europa introduzindo uma pertença nacional baseada no voto. Em 1810, numa situação de dependência política singular, o monopólio comercial com o Brasil foi substituído pelo livre-câmbio. Mesmo sem derivar daí a declaração de independência de 1822, o estado livre-cambista de oitocentos foi vítima da “excessiva hegemonia do político puro” (**Destino**, 276; Pereira, 2009, 168-169).

O método usado para enquadrar os ciclos virtuosos e viciosos das liberdades e pertenças dos portugueses desde a chegada da Corte ao Brasil baseia-se em eventos não só políticos mas também financeiros e sua interacção com as pertenças europeia e lusófona, agrupados em nove “anos definidores” que permitem definir combinações de liberdade ou restrição política e financeira por um lado e de pertença ou ambiguidade europeia e lusófona por outro (Macedo, 1996, 58, 69). No quadro 6, arbitrou-se entre estas quatro combinações de liberdades e de pertenças, identificando como dinâmica dominante a liberdade financeira e a pertença lusófona. Vale a pena esclarecer que a razão dessa arbitragem reside na circunstância de ser usualmente feita a opção inversa, ou seja de privilegiar a liberdade política e a pertença europeia. No que toca à liberdade política, porém, pode ser insustentável sem liberdade financeira, de modo que privilegiar este é mais adequado para uma análise de longo prazo como esta. Quanto á pertença europeia, ela tende a ser mais reactiva do que pró-activa, de modo que terá menos impacto na diferencialidade.

Restam então: a adesão ao padrão ouro (1854), a Revolução Republicana (1910) e a Revolução /Constituição (1974/76), nas quais melhoram liberdades e pertenças para cima no primeiro caso e pioram nos dois seguintes; a Revolução liberal / independência do Brasil (1820/24), o Acto colonial e a convertibilidade (1931) e a institucionalização da lusofonia (1996), nas quais pioram as pertenças no primeiro caso e melhoram nos dois seguintes; a adesão à EFTA e o início da guerra colonial (1960) e a Revisão constitucional (1989) em que melhoram as liberdades.

Quadro 6. Identificação das combinações de pertenças e liberdades (1808-2010)

	Pertenças sim (anos, %)	Pertenças não (anos, %)	Total anos (%)
Liberdades sim	1855 - 1910 1961 - 76 1996 - 2008 (42%)	1989 - 95 (3%)	92 (45%)
Liberdades não	1808- 24 1932 - 60 (23%)	1825 - 54 1911 - 31 1977 - 88 2009 - 10 (32%)	111 (55%)
Total anos (%)	131 (65%)	72 (35%)	203 (100%)

Fonte: Actualizado de Macedo (1996)

Não havia alternativa proteccionista ao padrão internacional de convergência de níveis de vida então iniciado para uma sociedade decapitada. Porém, uma economia invadida não estava em condições de erguer uma política externa, que permitisse beneficiar do livre-câmbio, até porque a capital do Reino passara para o Atlântico sul, o que comprometeu a eficácia dos esforços diplomáticos portugueses durante o congresso de Viena. As instituições políticas e democráticas e a economia de mercado praticadas na Inglaterra eram desejadas em abstracto mas a restrição da liberdade económica e financeira era temida em concreto. Como as instituições liberais concretas que definem o padrão europeu assentam em ambas as liberdades, atingir esse padrão exige uma coesão nacional, ou seja uma combinação virtuosa de liberdades e pertenças. O papel de Portugal no equilíbrio europeu exigia, além disso, uma política económica que enfrentasse a concorrência inglesa (**Destino**, 309).

A deslocalização da capital fragilizou a pertença monárquica, até por causa do crescente distanciamento industrial em relação à Inglaterra. Depois da revolução de 1820, o Congresso Soberano substituiu as Cortes, querendo criar cidadãos abstratos em vez de súbditos concretos. Regressado o rei, de acordo com as

condições políticas gerais da Europa, o contexto de grave restrição financeira ficou marcado pelo reconhecimento da independência do Brasil (1825) e pelas guerras civis subsequentes. Estas reflectem de forma dramática a ambiguidade das pertenças, criando “a convicção perigosa de que o problema nacional estava exclusivamente ligado às instituições monárquicas” (*Destino*, 277). Assim se criou uma reacção de que as liberdades cívicas ameaçam, em vez de reforçar, o Estado-nação. Arreigou-se o preconceito de que a liberdade política gera instabilidade governativa e ameaça a disciplina financeira do Estado. Como défices orçamentais excessivos e inflação superior à dos parceiros comerciais ameaçam o desenvolvimento económico sustentado, a dinâmica das liberdades parecia também contrariar as pertenças. A restrição financeira durou até à adesão ao padrão-ouro em 1854, vinte anos depois da convenção de Évora-monte. Mau grado a política económica de Fontes Pereira de Melo, porém, “os quadros cresciam mais devagar que o desenvolvimento económico, este, por sua vez, era mais lento que o crescimento demográfico e os capitais acumulavam-se mais devagar que as exigências do défice” (*Destino*, 276).

Enquanto a pertença europeia continuava dividida entre a aliança inglesa e a proximidade continental, a pertença lusófona foi surgindo pelo efeito combinado das expedições para África e da emigração para o Brasil. Perante a necessidade de “elaborar e publicar uma colecção de cartas das possessões ultramarina”, o governo cria uma comissão de geografia em 1876, cede-a em 1880 à Sociedade de Geografia de Lisboa e, espicaçado pelos preparativos da conferência de Berlim, cria em 1883 a Comissão de Cartografia. Assim se firmou a pertença lusófona: “Tal como no século XVII o Brasil tinha fixado os interesses portugueses face às dificuldades na Índia, quando o tráfego se organizou em concorrência comercial com a Inglaterra e a Holanda, também no século XIX, Angola compensava largamente os portugueses, quando as dificuldades internacionais se acumularam no Congo.” (Borges de Macedo, 1985)

A chamada crise da Baring Brothers, que começou na Argentina em 1890, tornou os mercados financeiros nervosos relativamente a empréstimos de países de tipo latino-americano. Na sequência da abolição da escravatura e da queda da monarquia, a taxa de câmbio brasileira caiu abruptamente, o que levou ao colapso das remessas de emigrantes para Portugal. Ao mesmo tempo, as disputas luso-inglesas passaram para a África austral agravando-se até à ameaça de conflito militar. Esta caracterização da situação nas vésperas da saída do padrão-ouro não alinha com as interpretações habituais, segundo as quais os défices público e externo e a deterioração da competitividade das exportações tornavam inevitável – e até desejável – a saída do padrão-ouro. É de salientar a reputação adquirida pelas medidas de austeridade adoptadas em 1846 (ano da

criação do Banco de Portugal) para argumentar que o real só não voltou à convertibilidade porque faltava em Portugal a vontade política de limitar a despesa pública, remover os subsídios que aguentavam grandes empresas quase falidas, aumentar as receitas fiscais e criar condições que levassem o capital a regressar ao país. A situação pré-existente podia justificar uma suspensão temporária da convertibilidade do real mas o regresso à paridade anterior à crise leva a crer que teria sido possível alterar os preços relativos de modo a preservar a competitividade das exportações de bens tendo em conta os outros determinantes do défice externo, nomeadamente os invisíveis (Esteves et al, 2009).

Assim, quando as disputas luso-inglesas se resolveram na conferência de Berlim, a estabilidade cambial relativa a libra esterlina - e com ela a liberdade financeira - estava prestes a terminar. Só que, como a instabilidade cambial que se seguiu à bancarrota de 1892 se não agrava até à República, a restrição financeira não eliminou a dupla pertença europeia e lusófona. De facto, a combinação viciosa das liberdades e pertenças é perigo sempre vencido mas nunca eliminado: a reputação financeira ganha no século XV perde-se com a declaração de inconvertibilidade do real em 1797, as invasões napoleónicas e a guerra civil, restaura-se parcialmente com o padrão ouro em 1854, o qual se mostrou resiliente até ao início dos “cem anos de solidão cambial” em 1892. No século XX, as revoluções sucessivas, da República a Sidónio, do 28 de Maio ao 25 de Abril, dificultaram a sinergia entre pertenças e liberdades. Todavia, à adesão à NATO e OCDE no final dos anos 1940, seguiu-se a emigração para a Comunidade Económica Europeia e a abertura industrial da Associação Europeia de Comércio Livre. Os efeitos da convergência esquecida da década de 1960 continuaram a sentir-se a seguir à última revolução em 1974, sendo que a transição da economia portuguesa para o regime económico europeu só começou em 1989, depois de quinze anos de incerteza acerca dos direitos de propriedade.

Outro paradoxo, as dificuldades republicanas que levaram à entrada no conflito europeu não parecem suficientes para eliminar a profunda ambiguidade de pertenças que se verifica até à publicação do Acto Colonial em 1931, ano em que se frustra uma tentativa longamente preparada de restaurar a convertibilidade do escudo. Embora se tenha assegurado a estabilidade cambial relativamente à libra e, depois da desvalorização desta em 1949, relativamente ao dólar, a curtíssima passagem pelo padrão-ouro teve consequências de longo prazo na política económica externa, mantendo a inconvertibilidade cambial para além do prudente e razoável quando, a partir de 1960 se estabelece a reputação financeira através da colocação de títulos junto de investidores americanos (Macedo, 1970). Mais, entre 1967 e 1971, o escudo revaloriza em

termos nominais relativamente à libra, ao franco e ao dólar. O papel da estabilidade cambial e da disciplina orçamental está reconhecido, mesmo se a divergência com a média europeia apenas se atenuou durante o período do padrão-ouro – por causa da referida incapacidade em controlar a despesa pública fora de um contexto de crise cambial. Nos anos 1930, em resultado da depressão internacional da actividade económica, que alastrou ao mundo inteiro, nomeadamente ao Brasil, Portugal retomou a convergência com a média europeia.

Para que a independência nacional pudesse entender-se num ambiente de mercados abertos e de respeito pelos direitos de propriedade, os portugueses passaram pois por muitos desafios. Uma vez souberam responder-lhes combinando as suas pertenças europeias e lusófonas. Outras vezes preferiram manter a ambiguidade. Outras vezes ainda, afirmaram a pertença europeia à custa da lusofonia ou vice versa - ou seja adiaram a resposta ao desafio da identidade nacional. Os ciclos virtuosos e viciosos das liberdades e pertenças dos portugueses nos últimos duzentos anos, são assim enquadrados por eventos não só políticos mas também financeiros e sua interacção com as pertenças europeia e lusófona. Assim se tratam as revoluções de 1820, 1910 e 1974 mas também as entradas (1854 e 1931) e saídas (1890 e 1931) do padrão-ouro, a entrada no FMI e na EFTA (1960) bem como no Sistema Monetário Europeu (1992) e até medidas relativas às colónias como o Acto de 1931. Perante uma ordem internacional em mutação, a dupla pertença europeia e lusófona tomou variadas formas. O período anterior à EFTA é um período em que a pertença lusófona, neste caso africana, se afirma mais do que a europeia. Bastará pensar na passagem nos anos 1950 das colónias a províncias ultramarinas sobre as quais se exercia soberania, militarmente sustentada a partir de 1961. No período seguinte, até por essa razão, a pertença luso-africana afirma-se em termos políticos, de tal modo que o apelo ao desenvolvimento e a descolonização se podem considerar como pertencendo ao “código genético” da lusofonia ao mesmo título do que língua e liberdade.

A pertença europeia, essa, afirma-se em termos económicos, podendo dizer-se que se afirmam ambas até à integração em 1985. Embora a convertibilidade cambial só viesse a ser restaurada em 1992, a dinâmica das liberdades parecia coexistir com a ambiguidades das pertenças, uma combinação excepcional ao longo dos últimos duzentos anos. Portugal foi fundador da União Europeia, criada em 1992, quando exercíamos pela primeira vez a presidência rotativa do Conselho. Em 1996, com a revisão do Tratado de Maastricht, assumimos pela primeira vez as vantagens da integração flexível, desde que estivessemos no “pelotão da frente”, como aconteceu com o eurosistema e o espaço Schengen. A vantagem de taxas de juro de longo prazo próximas das alemãs, perdeu-se com

a divergência, impaciência e desamor que marcaram a primeira década do século XXI.

Ocorre mencionar a comemoração dos 140 anos da adesão ao padrão ouro como forma de radicar na nossa história monetária e financeira a adesão do escudo ao Sistema Monetário Europeu (Macedo et al., 1994). Como o suposto “bom aluno” da integração europeia ignorou aquele apelo pungente para um futuro mais próspero: “poupança e paciência para a convergência”, ameaça-nos de novo o espectro da crise financeira. Daí o “Manifesto do Contas à Vida sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento para 2010-2013” (em anexo a Macedo, 2010b e em www.jbmacedo.com/MEDIA.htm) onde ressalta o mistério da reputação: anos para ganhar, dias para perder, sabendo que a métrica dos devedores soberanos difere da humana porque atrasa o ganho para décadas e acelera a perda para minutos. Ao longo de 2010, atentas as circunstâncias evocadas na secção 8.3, observou-se uma curiosa reminiscência do padrão-ouro, com a pressão na liberdade financeira a manifestar-se através da taxa de juro e não da taxa de câmbio.

Mau grado as turbulências recentes, mantém-se a escolha de 1996 como último ano definidor por coincidir com um reforço de pertenças. No que respeita à lusófona, depois de vários anos de tentativas e esforços vários, foi criada em Lisboa uma organização intergovernamental cujo secretariado viria a corporizar posições comuns dos oito países de língua portuguesa. A adesão de Timor-Leste à CPLP mais ancorou essa pertença, articulando-a com a Europa através de ajuda de reconhecimento dos cinco países africanos como correspondendo a uma parceria própria com a União Europeia, seguida de relações institucionais com a CPLP e o próprio Brasil durante a terceira presidência portuguesa em 2007. No meio de uma grande euforia internacional, ninguém diria que a bolha imobiliária americana, irlandesa e espanhola iriam ameaçar o ciclo virtuoso de liberdades e pertenças iniciado em 1996 em termos que pareciam copiados do que ocorrera cem anos na Argentina. Depois de uma recusa inicial, Angola tomou a presidência da CPLP em meados de 2010.

Entre 1808 e 2010, quase todos os ciclos incluem alguma ambiguidade de pertenças ou alguma restrição de liberdades, verificando-se uma distribuição mais ou menos igual da combinação virtuosa das duas liberdades e da combinação viciosa das duas restrições, com cerca de um quarto do período. Por fim, passa-se quase metade do tempo com liberdade política mas sem liberdade financeira. Arbitrando a dimensão dominante para a definição dos ciclos, vê-se no quadro 6 que os ciclos virtuosos correspondem a 42% do período ao passo que os viciosos correspondem a 32%, sendo que a restrição das liberdades ocorre em 109 anos, ao passo que a ambiguidade das pertenças dura

72 anos. Dito de outro modo, passa-se mais tempo com restrição de liberdades do que com ambiguidade de pertenças (23% em vez de 3%), outra maneira de dizer que os cidadãos são mais estáveis do que os governantes. Contrasta-se esta abordagem com o finalismo “republicano, laico e socialista” que levaria a privilegiar 53 anos apenas, entre 1910 e 1926 e depois de 1974, em nome da “possibilidade do desenvolvimento” (**Destino**, 310, 315).

A diversidade dos oito países lusófonos não impede de distinguir o país da União Europeia, a economia dos BRIC e os restantes países menos desenvolvidos, com excepção de Cabo Verde que acaba de “graduar” para país de rendimento intermédio. A presidência angolana foi acompanhada de uma maior colaboração a nível económico, através da criação da Confederação Empresarial da CPLP. Esta diversidade é uma força mas não comporta as respostas defensivas à interdependência que têm marcado a política externa portuguesa, e daí a conveniência substantiva em terminar a actualização dos ciclos de liberdades e pertenças registados entre a partida da Corte para o Brasil e a criação da CPLP a dois séculos. A despeito das dificuldades crescentes dos dois últimos anos, a conclusão retira de **Destino** uma mensagem de confiança no futuro.

7. Conclusão: confiança no futuro

No caso do destino histórico de Portugal, um elemento evidente mesmo no período de pobreza industrial dos séculos XIX e XX é o da facilidade em ligar a Meseta Ibérica ao Mar do Norte e ao Mediterrâneo ao invés do Mar Oceano: Este foi, durante séculos, uma incógnita agressiva agora provida de outras formas específicas de pressão que, em qualquer momento, se podem tornar decisivas (**Destino**, 266; Pereira, 2009, 170, nota 13). A principal conclusão a retirar desta experiência histórica para a situação portuguesa actual só pode ser a seguinte: mais importante do que criticar, é fazer. É preciso saber dar uma resposta concreta ao desafio da globalização. Julgamos pois necessário a existência de forças endógenas susceptíveis de fomentar a mudança: há vantagem da existência protegida de mecanismos institucionalizados de objecção e verificação e que possam (e saibam) integrar um conjunto coerente e significativo, susceptível de desenvolvimento, em que a cultura própria participe (**Destino**, 267 e 280).

Para tal, é urgente levar a cabo duas acções importantes: a primeira, é a promoção de uma análise crítica da sociedade portuguesa e das suas potencialidades económicas, a partir dos esclarecimentos provenientes das experiências desenvolvidas no resto do mundo, de forma a identificar a acção correctora esclarecida e atempada; a segunda, é envolver a sociedade, em geral,

e os agentes económicos, em particular, na definição do nosso destino histórico. Tal esforço exigirá uma maior responsabilização de toda a sociedade não só na concepção das políticas económicas e sociais ajustadas à nossa sociedade mas também na sua execução. Só assim é que as soluções propostas estarão voltadas para a resolução do problema de fundo em vez de serem superficiais, pouco eficazes e insustentáveis.

Conceber um destino histórico acaba por conduzir a uma forma de estabelecer um quadro da personalidade ou identidade nacional onde devem estar presentes os modos específicos de sensibilidade dos quais tem resultado um enriquecimento do humano. A consciência nacional é indispensável ao destino histórico e prova-se pela integração sintética das atitudes bem sucedidas que em, contextos, diversos, se verificaram, numa teoria geral de sucesso. Deste modo, a comunidade pode dispor de meio críticos interpretativos, susceptíveis de analisar as vias possíveis para enfrentar os comportamentos ineficazes, dentro daqueles parâmetros de equilíbrio de sensibilidade – experiência – razão (**Destino**, 280, Pereira, 2009, 172). Isto é a maneira portuguesa de ser, a nossa diferencialidade. Cabe aplicá-la à esfera económica, agora inserida num horizonte mais alargado e global.

O problema histórico dos portugueses tem sido o de definir o seu destino histórico através do conhecimento das possibilidades colectivas da comunidade e o de saber como levar a efeito o aproveitamento dessas conjunturas favoráveis ou como as transformar. Pertencem assim à definição do destino histórico de uma nação, três conteúdos concretos:

- uma “experiência histórica” vivida em comum,
- as “propostas e realizações” verificadas ao longo do tempo e
- a “exploração das possibilidades do lugar” face aos desafios existenciais que vão surgindo.

Para garantir a continuidade da nação, o estabelecimento de um desenvolvimento e a defesa de uma identidade, é imperativo que estes três aspectos se fundam numa perspectiva colectiva adequada a um plano de acção exequível. Nada deste processo se pode exprimir apenas em “poder ser”. Terá que abranger uma dimensão maior, a de “ser” (**Destino**, 281).

Saber gerir o desafio da globalização deve ser o interesse nacional predominante de Portugal, o seu destino histórico hodierno. Tal propósito decorre directamente da vontade do povo português em ser autónomo e diferenciado e implica saber continuar a construção da sua diferencialidade - a sua forma diferenciada de “ser” - a razão permanente do seu destino histórico. Como no passado, a força passível de comunicar esta vontade só pode ser a nação pois só ela permite alcançar a diferenciação e a continuidade desejada.

Como tal, a acção política continua a desempenhar um papel decisivo neste processo, tanto mais quanto a mesma souber articular-se com a vertente económica. A experiência histórica da decadência oitocentista demonstra claramente o perigo para a nação portuguesa em não saber empreender este nobre esforço.

Além deste aspecto, importa compreender, de uma forma consciente e esclarecida, a nossa identidade enquanto povo pois o conhecimento assim adquirido é requisito impreterível para uma melhor definição da nossa diferencialidade através da auto-descoberta. Mais uma vez, os dois esteios da diferencialidade são multilaterais e “alavancam” a competitividade através da cooperação. Como a diferencialidade mergulha na cultura política, as duas pertenças só o são se ajudarem a definir o futuro nacional dando aos países que as partilham uma dimensão política e de desenvolvimento. Mau grado sucesso de *branding* lisboeta como o tratado de 2007 e a agenda 2020 (antes chamada de Lisboa), a política económica externa não tem tido a credibilidade necessária para sustentar uma “ideia portuguesa da Europa” e ainda menos uma “lusofonia global”. No ambiente de desconfiança financeira internacional que se vive desde 2007, e que alastrou à zona do euro, logo após eleições legislativas de 2009 em Portugal, a negação da crise até fins de 2010 ameaçou e ameaça as liberdades e pertenças dos portugueses.

Mas da história pátria tiram-se razões para termos confiança na nossa capacidade colectiva de corresponder aos nossos compromissos (*Destino*, 278, Pereira, 2009, 172). Durante a segunda globalização, apesar da existência de uma decadência efectiva verificada, não havia qualquer razão para a ligar à confiança no futuro. No plano político – das prioridades e das decisões a tomar – não existia consciência de uma decadência bem localizada e definida que era preciso enfrentar. Existia sim, um sentimento apocalíptico de *Finis Patriae* que paralisava as soluções plausíveis e efectivas. As soluções propostas eram voltadas para o imediato confronto com as realidades da decadência e conseqüentemente incapazes de resolver o problema de fundo. No entanto, o diagnóstico popular nunca foi tão severo como o do escol político e dos intelectuais. O povo guardava confiança nos seus próprios recursos, reflectindo que “a esperança de verdade é mais importante do que esta” (Faria, 2007, p.104).

8. Belas Letras e Bons Números

8.1. António Dias Farinha conhecia o fascínio de meu pai por mochos desde os seus tempos de aluno. Sabendo que, quando preparava o doutoramento em Paris, meu pai gostava de passar pela *Librairie des Belles Lettres* (esquina

nordeste do *Boulevard Raspail* e da *Rue de Fleurus*), trouxe-lhe um dia o mocho inclinado que figura nas respectivas edições, que fotografei a 15 de Janeiro de 2011 e reproduzo abaixo com os melhoramentos aportados por Laura Domingues, do Instituto de Investigação Científica Tropical, a quem agradeço. Assim António Dias Farinha ajudou-me a identificar uma das 382 figuras da colecção que a viúva Gisèle (1920-2010), sua guardiã, deixou a meu filho João. Não consigo passar naquela esquina sem saudade sempre tingida de gratidão pelo eminente confrade que trouxe um mocho ao pai e, quase meio século depois, emprestou outro ao filho, completando a colecção do neto.



A presença enigmática dos mochos “proscree qualquer ideia convencional e constitui uma espécie de advertência de complexidade, muito eficaz e sintomática para a leitura de imagens indiciais que nos é oferecida”, como disse José Brissos na inauguração da Exposição **Jorge Borges de Macedo Privado e Publicado**, que marcou o 14º aniversário da sua morte, última cerimónia a que assistiu a viúva. Esta forma de “saber continuar” escora os vinte eventos do projecto. Aos dezoito listados na quinta publicação (Ana Macedo, 2009, 6-7) devem acrescentar-se duas exposições, sendo que as três primeiras publicações (Borges de Macedo, 2005 e 2006; Macedo, 2007b) estão reproduzidas na badana da capa da quarta (Macedo et al., 2009), apresentada por António Dias Farinha. Ele aderiu ao projecto “Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar” desde a primeira hora e projectámos realizar um evento sobre “Europa, lusofonia e a história das civilizações” (Macedo et al., 2009, 22), substituído afinal pela referida apresentação, que teve lugar por ocasião do 13º aniversário da morte de meu pai. Perante uma sala à cunha de confrades, convidados e muitas dezenas de alunos do meu curso de introdução à macroeconomia (talvez atraídos pela perspectiva da inclusão de uma pergunta extra crédito sobre um

dos nove ensaios no teste surpresa que sabiam iminente no teste surpresa que sabiam iminente), salientou os dois ensaios que evocam mais directamente o espaço e o tempo (Pereira e Henriques respectivamente, porque foram os mais vezes resumidos no teste). O convívio continuou durante o lanche ajantarado que se seguiu. Ficaram registados no sítio do Instituto:

- o texto do improvisado do Presidente da Classe de Letras (<http://www2.iict.pt/archive/doc/adrianoMoreira-ACL-9Ensaios.pdf>).
- o vídeo do testemunho do Secretário-Geral à TVI24 (<http://www2.iict.pt/?idc=21&idi=14562>).
- a reportagem fotográfica (<http://www2.iict.pt/?idc=6&idi=14557>),

Enquanto António Dias Farinha exercia o seu mandato de Secretário-geral da Academia, esta fez o luto do seu Presidente, abriu-se a todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e convenceu-se de que uma gestão competente não podia dispensar bons números. Mas, tal como a relação do ora homenageado com as belas letras não envolve só mochos, os bons números também confirmam a sensibilidade à economia e finanças revelada pelo eminente confrade, como ilustro nas duas subsecções seguintes.

8.2. A minha primeira comunicação na Academia, intitulada “Do real ao euro, passando pelo escudo”, foi apresentada na sessão de 18 de Junho de 1998 (Macedo et al., 2001 baseia-se num trabalho escrito em co-autoria com dois historiadores económicos e dedicado à memória do saudoso confrade José Joaquim Teixeira Ribeiro, 1908-97). A comunicação visava mostrar a importância da boa moeda no passado e no futuro nacional. Aludia à singular relutância setecentista em criar um banco central e à brutalidade da perda da reputação financeira que se seguiu a declaração da inconvertibilidade do real duzentos anos antes. Aí, António Dias Farinha perguntou-me porque razão ignorei os bancos quatrocentistas, tanto mais que a palavra “banco” havia sido usada no sentido de instituição financeira antes da criação do real! A citação reproduzida na secção 5 reflecte a ligação secular do comércio externo e dos câmbios à liberdade e ao desenvolvimento financeiro. Além disso, o eminentíssimo confrade evocava assim o tema que escolhera para homenagear meu pai: sob o título de “O primeiro banco em Portugal”, descreve a instituição dirigida por Mossém Rafael Vivas que funcionava em Lisboa no ano de 1465 (Veríssimo Serrão, 167). De permeio com vários esclarecimentos (entre os quais saliento o da nota 36, referente ao embaixador del-rey de Tunez, registado “Tanez” na primeira publicação de um artigo de Virgínia Rau), revela um documento de 1446 no qual se refere a famosa companhia florentina dos Pazzi” (Veríssimo Serrão, 161). Por casualidade, foi em Florença que terminei o depoimento escrito em Paris.

8.3. Na sessão de 11 de Fevereiro de 2010, explicando a vantagem de fazer apelo ao Fundo Monetário Internacional para auditar as nossas contas públicas e externas, tema que retomei numa sessão do Instituto Europeu da Faculdade de Direito de Lisboa em colaboração com a sexta secção da Academia. Aí apresentei variantes de Macedo (2010a e b). Através de nova pergunta, António Dias Farinha fez-se eco do mistério da reputação que evoqui na secção 6 *in fine*. Talvez não por acaso, seguiu-se a aceitação para sócios correspondentes estrangeiros de Paul Krugman e Olivier Blanchard, propostos pela secção em Maio de 2009 em substituição de James Tobin (1918-2002) que havia sido eleito em Junho de 1980.

8.4. Volto às belas letras no quarto testemunho: em 16 de Junho de 2010, António Dias Farinha enquadrou a assinatura de um protocolo da Faculdade de Letras com o Instituto Luso-Árabe de Cooperação. Tal como, juntando moeda e banco em quatrocentos no comentário descrito em 8.1, me ajudou a reforçar as origens da liberdade financeira em Portugal, iluminou nesta conferência a complementaridade entre Mediterrâneo e Atlântico, confirmando a importância dos estudos árabes para a história diplomática portuguesa e assim para a compreensão da nossa diferencialidade. Por exemplo, Alexandre Herculano convenceu-se da menor importância da batalha de Ourique depois de consultar fontes traduzidas do árabe mas nem por isso as suas novelas históricas deixaram de dramatizar o conflito com o Islão. Alinhou assim com António Caetano Pereira, que ignorava aquelas fontes.

Referências

Borges de Macedo, Jorge (1978), “As condições da esperança”, entrevista ao Círculo de Estudos Sociais VECTOR, separata de **Resistência – revista de cultura e crítica**.

Borges de Macedo, Jorge (1985), “A conferência de Berlim cem anos depois”, apresentado num seminário em Tomar, separata da **Revista Democracia e Liberdade**, nº 35, pp. 6-7.

Borges de Macedo, Jorge (1990), **Portugal: Um Destino Histórico**, Lisboa: Academia Portuguesa de História, separata das *Las Jornadas Académicas de História da Espanha e de Portugal*.

Borges de Macedo, Jorge (1994), “Política, Nacionalidade e Conquista da Cultura”, apresentado numa conferência do Rotary Clube de Coimbra, separata de **Portugal no Mundo**.

Borges de Macedo, Jorge (2005), **A Experiência Histórica Contemporânea**, volumes II e III da **História Universal** editada em 1995 pelas *Seleções do Readers' Digest* e em edição de autor, 2ª edição em Macedo (2005).

Borges de Macedo, Jorge (2006), **História Diplomática Portuguesa Constantes e Linhas de Força**, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, volume I, 1987, 2ª edição.

Clark, Gregory (2007), **A Farewell to Alms: A brief economic history of the world**, Princeton: Princeton University Press.

Cohen, Daniel (2004), **La Globalisation et Ses Ennemis**, Paris: Grasset.

Cooper, Richard (1964), **The Economics of Interdependence**, New York: Mc Graw Hill.

Dias Farinha, António (1992), “O primeiro banco em Portugal”, in Veríssimo Serrão et al., 153-1711.

Esteves, Rui Pedro, Jaime Reis e Fabiano Ferramosca (2009), “Market integration in the golden periphery: the Lisbon/London exchange 1854-1891”, **Explorations in Economic History**, Julho, 324-345.

Faria, Ana Maria Homem Leal (2007), Apresentação de Macedo (2005), Macedo (2007b, 103-116).

Flandreau, Marc (2007), “Pillars of globalization: A history of monetary policy targets, 1797-1997”, mimeo, Institut d'Études Politiques, Paris

Flandreau, Marc and Clemens Jobst (2005), “The ties that divide: a network analysis of the international monetary system, 1890-1910”, **Journal of Economic History**, Dezembro, 977-1007

Flandreau, Marc, Christophe Gallimard, Clemens Jobst and Pilar Nogues-Marco (2009), “Monetary geography before the Industrial Revolution”, **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society** 2009, 1-23

Henriques, António Castro (2009), “A primeira constituição fiscal portuguesa (1250-1370)” in Macedo et al. (2009, pp. 197-216)

Macedo, Ana (2009), **Jorge Borges de Macedo Privado e Publicado**, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical

Macedo, Jorge Braga de (1970), **A dívida externa portuguesa**, Lisboa: Ministério das Finanças

Macedo, Jorge Braga de (1976), **Interdependência, Sistema Monetário Internacional e Integração Portuguesa**, Lisboa: Banco de Fomento Nacional.

- Macedo, Jorge Braga de (1996), “Europa e Lusofonia, Política e Financeira: Uma Interpretação”, in **Ensaio de Homenagem a Manuel Jacinto Nunes**, Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), pp. 53-72.
- Macedo, Jorge Braga de (2005), organizador, **Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar**, Lisboa: Instituto Diplomático.
- Macedo, Jorge Braga de (2006), “Não esquecer Bissau”, **Cooperação**, série II, nº 1, pp. 15-16 (versão completa no blogue **História Lusófona** do Instituto de Investigação Científica Tropical, 5 de Novembro)
- Macedo, Jorge Braga de (2006a), “Por Onde Vai a Diferencialidade Portuguesa?” **Negócios Estrangeiros**, nº 9, Março, pp. 38-53.
- Macedo, Jorge Braga de (2006b), “Não esquecer Bissau”, **Cooperação**, série II, nº 1, pp. 15-16 (versão completa no blogue **História Lusófona** do Instituto de Investigação Científica Tropical, 5 de Novembro)
- Macedo, Jorge Braga de (2007a), “Diferencialidade Revisitada: A Propósito do Lançamento da 2ª Edição Revista e Ilustrada de **História Diplomática Portuguesa**”, **Negócios Estrangeiros**, nº 10, Fevereiro, pp. 26-37.
- Macedo, Jorge Braga de (2007b), organizador, “Jorge Borges de Macedo: 10 anos depois (1996-2006)”, **Negócios Estrangeiros**, 11.3 Edição Especial.
- Macedo, Jorge Braga de (2010a), “Global crisis and national policy responses: together alone?”, apresentado numa conferência do Departamento de Filosofia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, disponível em www.jbmacedo.com/ferragosto.html
- Macedo, Jorge Braga de (2010b), “Nem Estabilidade nem Crescimento?”, apresentado numa Conferência do Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito de Lisboa sobre o Plano de Estabilidade e Crescimento em 22 de Março, no prelo.
- Macedo, Jorge Braga de (2010c), “Berlim, Luanda e outras paragens da lusofonia global”, apresentação do Catálogo da Exposição **Viagens e Missões Científicas nos Trópicos 1883-2010**, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, disponível no respectivo blogue **História Lusófona**
- Macedo, Jorge Braga de (2010d), “Saudades do bom aluno”, **Estudos em homenagem ao Professor Doutor Paulo de Pitta e Cunha**, vol II Economia, Finanças Públicas e Direito Fiscal, organizado por Jorge Miranda, António Menezes Cordeiro, Eduardo Paz Ferreira, José Duarte Nogueira, Coimbra: Almedina, pp. 319-348.
- Macedo, Jorge Braga de, Barry Eichengreen e Jaime Reis (1994), organizadores, **Convertibilidade cambial**, Lisboa: Banco de Portugal

- Macedo, Jorge Braga de, Álvaro Ferreira da Silva e Rita Martins de Sousa (2001), “War Taxes and Gold: the inheritance of the *real*”, in **Transferring Wealth and Power from the Old to the New World**, organizado por Michael Bordo e Roberto Cortes-Conde, Cambridge: Cambridge University Press
- Macedo, Jorge Braga de e Luís Brites Pereira (2007), “Diferencialidade Portuguesa na Globalização”, **Negócios Estrangeiros**, nº 11.2, pp. 223-236.
- Macedo, Jorge Braga de, Luciano Amaral, Álvaro Ferreira da Silva e António Castro Henriques (2009), organizadores, **Nove ensaios na tradição de Jorge Borges de Macedo** Lisboa: Tribuna da História
- Maddison, Angus (2001), **The World Economy: a Millennial Perspective**, Paris: OCDE.
- Maddison, Angus (2006), **The World Economy**, Paris: OCDE.
- Maddison, Angus (2007), **Contours of the World Economy, 1-2030 AD, Essays in Macroeconomic History**, Oxford: Oxford University Press.
- OECD (2003), **Globalisation and Governance Main results of the OECD Development Centre’s 2001-2002 Programme of Work**, Paris.
- OECD (2010), **Perspectives on Global development: shifting wealth**, Paris.
- Pereira, Luís Brites (2009), “Portugal e a Globalização: um destino histórico?”, in Macedo et al. (2009, pp. 155-174).
- Reinhart, Carmen M. e Kenneth S. Rogoff (2009), **This time is different: eight centuries of financial folly**, Princeton: Princeton University Press.
- Reinhart, Carmen M.; Kenneth S. Rogoff e Miguel A. Savastano (2003), “Debt Intolerance”, **Brookings Papers on Economic Activity** 1, pp. 1-74.
- Themudo Barata, Maria do Rosário (2004), **Elogio do Professor Doutor Jorge Borges de Macedo (1921-1996)**, Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- Themudo Barata, Maria do Rosário (2005), **Catálogo do Legado Bibliográfico Professor Doutor Jorge Borges de Macedo**, Lisboa: Centro de Estudos de História da Universidade de Lisboa, Tomo I.
- Veríssimo Serrão, Joaquim, Maria do Rosário Themudo Barata, Victor Gonçalves e Maria Luísa Braga (1992), organizadores, **Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo**, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Wilson, Dominic e Roopa Purushothaman (2003), “Dreaming with ‘Brics’: The path to 2050”, **Global Economics Papers** nº 99, Goldman Sachs, Outubro.